



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Conselho dos Julgados de Paz

Declaração n.º 76/2017

Em consequência da Deliberação n.º 32/2017, de 17 de julho, do Conselho dos Julgados de Paz e tendo em atenção informação da Direção-Geral da Política de Justiça de cabimento de verba para o efeito; considerando que se trata de ato urgente; é nomeada a Sr.ª Dr.ª Amélia Luísa dos Santos Ferreira Saraiva, a título provisório, Juíza de Paz do Julgado de Paz do Oeste, durante o atual impedimento da Sr.ª Dr.ª Carla Teixeira e até ao respetivo regresso ao serviço: artigos 25.º n.º 2 e 65.º n.º 3 a) da Lei n.º 78/2001, na redação da Lei n.º 54/2013, de 31.07, artigo 8.º n.º 1 a) do Regulamento Geral deste Conselho; e artigos 3.º n.º 1 da Portaria n.º 253/2014, de 02.12 e artigo 3.º n.º 1 proémio e alínea b) do Regulamento aprovado por esta Portaria. Posse no dia que será acordado entre o Conselho e a empossanda.

Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

30 de agosto de 2017. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*, Juiz Conselheiro.

310749351

COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

Aviso n.º 10809/2017

Em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, nos termos do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela referida Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram autorizadas, por despachos do Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, as consolidações definitivas, nesta Comissão, das situações de mobilidade nas respetivas categorias, com efeitos a 1 de setembro de 2017, dos seguintes trabalhadores:

Maria Fernanda Pires Rodrigues, técnica superior — 5.ª posição remuneratória, nível 27;

Clara Ribca Lopes-Cardoso Pires Teixeira da Encarnação Gomes, técnica superior — entre a 4.ª e a 5.ª posição remuneratória, entre os níveis 26 e 27;

Ricardo Jorge Meneses Gonçalves, assistente técnico — 1.ª posição remuneratória, nível 5.

Foram cumpridas as formalidades previstas na legislação acima referida.

24 de agosto de 2017. — O Secretário da CADA, *Rui de Figueiredo Ribeiro*.

310743957

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Aviso n.º 10810/2017

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição, a licenciada Elisa Maria Marques Chora, técnica superior do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Documentação, com efeitos a 1 de setembro de 2017.

A nomeada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho.

11 de agosto de 2017. — A Secretária-Geral, *Maria da Conceição Poiares*.

Nota curricular

Elisa Maria Marques Chora (14.05.1965)
Pós-Graduação em Treino de Liderança e Desenvolvimento de Equipas, pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada — ISPA (2012)

Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade Clássica de Lisboa (1988)

Difusão seletiva da informação e serviço de referência

Gestão e aquisição do acervo documental

Gestão do serviço de assinaturas

Colaboração no processo de revisão e edição de texto de publicações

Representante junto da DGLAB, no grupo de trabalho para a elaboração de um plano de classificação para a conservação e eliminação de documentos para a Administração Pública (2013)

Chefe da Divisão de Documentação da Provedoria de Justiça, em regime de substituição (1999-2000)

Participação em júris de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal (2000-2010)

Técnica Superior da Divisão de Documentação, da Provedoria de Justiça (1998-2017)

Técnica Superior da Divisão de Recursos Internos, da Direção-Geral das Pescas (1989-1997)

Oficial administrativa na Reitoria e nos Serviços Sociais, da Universidade Nova de Lisboa (1984-1989)

Curso de *Coaching* — Preparar profissionais para a excelência, ISPA (2009)

Curso de Formação Avançada em Revisão e Edição de Texto, Universidade Católica Portuguesa (2008)

Frequência de ações de formação, seminários e congressos na área do conhecimento das ciências da informação e da documentação científica e técnica, pesquisa de recursos bibliográficos eletrónicos, informação jurídica, tecnologias da informação, qualidade, *web*, organização e gestão de núcleos documentais, empreendedorismo, ética, preservação digital e boas práticas (1988-2017)

Frequência de ações de formação de língua italiana, Instituto Italiano de Cultura de Lisboa (2006-2007)

Frequência de ações de formação de língua francesa, INA (1994 e 1996)

First Certificate in English, Instituto Britânico (1985)

310745836

Aviso (extrato) n.º 10811/2017

Maria Isabel Gomes Marques, assistente técnica, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça — determinada a mobilidade intercarreiras para o exercício de funções de técnica superior na Provedoria de Justiça, com efeitos a 1 de setembro de 2017, pelo período de 18 meses, nos termos do artigo 92.º e seguintes da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

11 de agosto de 2017. — A Secretária-Geral, *Maria da Conceição Poiares*.

310745803

Despacho n.º 8180/2017

Ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/83, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, exonerar, a seu pedido, a licenciada Sara da Costa Louro Vera Jardim das funções de Assessora.

Este despacho produz efeitos a partir de 21 de agosto de 2017.

26 de julho de 2017. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

310746605

Despacho n.º 8181/2017

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, nomeio, em comissão de serviço, a mestre Marlene Cristina do Rosário Neves para o cargo de assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir desta data.

28 de agosto de 2017. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota curricular

Marlene Cristina do Rosário Neves
Licenciatura em Direito, em 2008, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.